

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstrações Financeiras em
30 de junho de 2026

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Comitê de Auditoria	4
Relatório dos auditores independentes	6
Balanços patrimoniais	10
Demonstração dos resultados	12
Demonstração dos resultados abrangentes	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Apresentação

Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo (“Banco”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações.

Desempenho do semestre

O Banco encerrou o semestre findo em 30 de junho de 2026 com um lucro líquido de R\$ 156.951 mil, representando um aumento de 33,6% em relação ao lucro líquido apresentado no mesmo período do ano anterior.

Apresentou índice de Basileia amplo do Conglomerado de 28,16% (30,34% em 31/12/2025) e patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 809.489 mil (R\$ 722.520 mil em 31/12/2025).

Outras informações

O Banco é controlador integral da Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“Corretora”), que em conjunto formam o Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil.

Conforme previsto no estatuto social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da lei. Tal dividendo poderá também ser distribuído na forma de juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, não houve deliberação de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria, são divulgados anualmente no *Annual Report* do *The Bank of Nova Scotia* (“BNS”).

Agradecimentos

O Scotiabank Brasil agradece a todos seus clientes pela confiança e apoio, e a seus funcionários e colaboradores, pela dedicação, ética, profissionalismo e comprometimento.

A Diretoria

Relatório do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Conglomerado, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos da auditoria interna e da empresa de auditoria externa e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, da auditoria interna, dos auditores externos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Sistemas de controles internos e de administração de riscos

O Comitê de Auditoria, avaliou, em reuniões com as Diretorias de Riscos e de Compliance, no âmbito de atuação de cada uma, aspectos relativos ao gerenciamento de riscos financeiros e de capital e divulgação de informações e à conformidade, prevenção à lavagem de dinheiro/financiamento ao terrorismo e controles internos.

Com base no resultado dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna, o Comitê entendeu que os controles e procedimentos exercidos pelo Conglomerado são adequados e suficientes.

Cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade do Conglomerado.

Auditoria interna

O Comitê de Auditoria acompanhou o processo de auditoria desenvolvido pela Auditoria Interna, por meio da realização de reuniões periódicas, da aprovação de seus planejamentos estratégico e tático e do acompanhamento de sua execução.

O Comitê avalia como adequada a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Conglomerado.

Auditoria externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal de comunicação regular para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, permitindo aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela KPMG, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Demonstrações financeiras

O Comitê analisou as demonstrações financeiras em conjunto com as notas explicativas, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e revisou com a KPMG e com os executivos do Conglomerado antes de sua publicação. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, certifica que as informações constantes neste relatório são verídicas, atendem às requisições definidas na Resolução CMN nº 4.910 e que o sistema de controles do Conglomerado é adequado à complexidade e riscos de seus negócios.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e aos Administradores do

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e avaliação de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros

Ver notas explicativas 3e, 3f, 6 e 7 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
Conforme divulgado nas notas explicativas 3e, 3f, 6 e 7, o Banco possui operações com instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. O cálculo do valor justo da carteira de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos reconhecidos a outros tipos de instrumentos financeiros. Devido à relevância das operações de instrumentos financeiros derivativos e ativos financeiros e do resultado por eles gerados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: — Avaliação do desenho e implementação, dos controles internos chaves do Banco relacionados a processos de aprovação, registro e atualização das operações, para mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros; — Recalculo, quando aplicável com base em amostragem, do valor justo dos instrumentos financeiros, utilizando informações observáveis no mercado, tais como taxas de câmbio, índices econômicos e outras taxas divulgadas por entidades reguladoras ou de mercado, contando, quando necessário, com o suporte técnico de especialistas em instrumentos financeiros. — Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, estão de acordo com as normas aplicáveis e consideramos informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e avaliação dos instrumentos financeiros, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

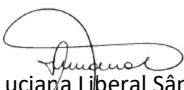
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	10.584	8.599
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		2.498.965	1.352.926
Títulos e valores mobiliários	6	109.850	59.950
Instrumentos financeiros derivativos	7b	2.389.115	1.292.976
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		2.308.579	2.382.249
Títulos e valores mobiliários	6	2.308.579	2.382.249
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.416.692	13.181.644
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	6.897.199	8.973.776
Títulos e valores mobiliários	6	1.940.168	2.158.619
Operações de crédito	9	1.827.536	1.665.569
Operações com característica de concessão de crédito	9	727.615	260.225
Outros ativos financeiros	11a	76.077	125.361
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10	(51.903)	(1.906)
Outros ativos	11b	31.402	80.536
Créditos tributários	21b	387.365	381.353
Investimentos	12	63.086	64.250
Imobilizado de uso		33.679	36.608
Outras imobilizações de uso		31.741	32.255
Direitos de uso		21.775	21.775
(Depreciações acumuladas)		(19.837)	(17.422)
Intangível		38	18
Ativos intangíveis		129	102
(Amortizações acumuladas)		(91)	(84)
Total do ativo		16.750.390	17.488.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Balanços patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		1.087.108	1.347.797
Instrumentos financeiros derivativos	7b	76.836	347.203
Captações no mercado aberto	14	1.010.272	1.000.594
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		11.777.961	11.792.311
Depósitos	13	1.212.142	1.445.174
Captações no mercado aberto	14	302.100	52.419
Recursos por emissões de letras	15	3.111.816	967.978
Obrigações por empréstimos	16	5.296.017	7.094.394
Obrigações por repasses	17	1.827.536	1.665.569
Passivo de arrendamento		18.651	19.897
Outros passivos financeiros	18a	9.699	546.880
Outros passivos	18b	164.644	753.365
Obrigações fiscais diferidas	21b	423.537	452.869
Provisão para contingências	19c	29.882	29.257
Patrimônio líquido		3.267.258	3.112.584
Capital social	20a	2.995.473	2.995.473
Reservas de lucros		123.694	115.847
Outros resultados abrangentes		(1.013)	1.264
Lucros acumulados		149.104	-
Total do passivo		16.750.390	17.488.183

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas/(despesas) da intermediação financeira		(147.450)	(436.036)
Operações de crédito	9d	52.842	41.192
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		740.715	793.147
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	(489.841)	(945.641)
Operações de captação no mercado aberto		(300.543)	(112.156)
Operações de empréstimos e repasses		(150.623)	(212.578)
Resultado de variação cambial líquida de instrumentos financeiros		505.040	721.041
Resultado bruto da intermediação financeira		357.590	285.005
Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(49.997)	(670)
Resultado da intermediação financeira		307.593	284.335
Outras receitas/(despesas) operacionais		(110.293)	(102.348)
Receitas de prestação de serviços	26	21.941	9.950
Despesas de pessoal	27	(79.322)	(61.955)
Outras despesas administrativas	28	(28.384)	(24.882)
Despesas tributárias		(22.820)	(26.650)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(1.168)	(1.557)
Outras receitas operacionais	29	2.204	3.643
Outras despesas operacionais	29	(2.744)	(897)
Reversão/(despesas) de provisão para contingências		(625)	(109)
Trabalhistas		83	725
Fiscais		(708)	(834)
Resultado operacional		196.675	181.878
Resultado não operacional		(219)	(2)
Resultado antes da tributação e participações nos lucros		196.456	181.876
Imposto de renda e contribuição social		(37.231)	(62.260)
Provisão para imposto de renda		(23.529)	(10.581)
Provisão para contribuição social		(18.834)	(8.662)
Ativo fiscal diferido		5.132	(43.017)
Participações nos lucros		(2.274)	(2.111)
Lucro líquido dos semestres		156.951	117.505
Lucro líquido por ação – R\$		1.395,90	1.097,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos resultados abrangentes

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido dos semestres	156.951	117.505
Variação no valor de mercado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(3.409)	7.432
Títulos e valores mobiliários	(3.413)	6.877
Ajuste de avaliação patrimonial de controlada	4	555
Ajuste de risco de crédito próprio	(735)	1.188
Instrumentos financeiros derivativos	(735)	1.188
Efeito fiscal	1.867	(3.851)
Resultado abrangente dos semestres	<u>154.674</u>	<u>122.274</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de Lucros		Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.626.948	198.525	93.029	509.276	(3.877)	-	3.423.901
Efeito da adoção inicial da Res. 4.966 e Res. 4.975	-	-	-	-	4.193	(637)	3.556
Aumento de capital - Homologado	198.525	-	-	-	-	-	198.525
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	(198.525)	-	-	-	-	(198.525)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.782	-	3.782
Ajustes de avaliação patrimonial - Controlada	-	-	-	-	333	-	333
Ajuste de risco de crédito próprio - DVA	-	-	-	-	(3.539)	-	(3.539)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	117.505	117.505
Pagamento de dividendos	-	-	-	(307.400)	-	-	(307.400)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva legal	-	-	5.875	-	-	(5.875)	-
Saldos em 30 de junho de 2025	2.825.473	-	98.904	201.876	892	110.993	3.238.138

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de Lucros		Outros Resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.913.448	82.025	115.608	239	1.264	-	3.112.584
Aumento de capital - Homologado	82.025	-	-	-	-	-	82.025
Aumento de capital - Em fase de homologação	-	(82.025)	-	-	-	-	(82.025)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(1.877)	-	(1.877)
Ajustes de avaliação patrimonial - Controlada	-	-	-	-	4	-	4
Ajuste de risco de crédito próprio - DVA	-	-	-	-	(404)	-	(404)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	156.951	156.951
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva legal	-	-	7.847	-	-	(7.847)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	2.995.473	-	123.455	239	(1.013)	149.104	3.267.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo

Demonstração dos fluxos de caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido	156.951	117.505
Ajustes ao lucro líquido	95.066	70.045
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	49.997	670
Resultado de participações em controladas e coligadas	1.168	1.557
Depreciações e amortizações	4.285	3.606
Perda na baixa de imobilizado de uso e intangível	363	2
Imposto de renda e contribuição social	37.231	62.261
Provisão para passivos contingentes e obrigações legais	625	584
Despesa de juros de arrendamento	1.397	1.365
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(746.867)	(5.500.677)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.102.284	(761.930)
Títulos e valores mobiliários	20.357	(199.723)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.367.241)	(4.563.068)
Operações de crédito	(161.967)	145.719
Operações com característica de concessão de crédito	(467.390)	(100.137)
Outros ativos financeiros	49.283	(60.234)
Outros ativos	77.807	38.696
(Redução)/aumento nas variações em passivos	1.373.881	(239.234)
Depósitos	(233.032)	(418.235)
Captações no mercado aberto	259.359	(69.198)
Recursos por emissões de letras	2.143.838	-
Provisões para contingências	-	(475)
Outros passivos financeiros	(537.181)	392.197
Outros passivos	(230.429)	(103.775)
Impostos pagos	(28.674)	(39.748)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado) nas atividades operacionais	879.031	(5.552.361)
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	218.451	(2.032.319)
Aquisição de imobilizado de uso	(1.739)	(620)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado) nas atividades de investimento	216.712	(2.032.939)
Atividades de financiamento		
Obrigações por empréstimos	(1.798.377)	8.518.795
Obrigações por repasses	161.967	(145.719)
Pagamento de arrendamento	(2.643)	(1.888)
Pagamento de dividendos	(428.998)	(307.400)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado) nas atividades de financiamento	(2.068.051)	8.063.788
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(972.308)	478.488
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
Saldos no início do semestre	4.120.091	3.448.683
Saldos no final do semestre	3.147.783	3.927.171
(Redução)/aumento em caixa e equivalentes de caixa	(972.308)	478.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

O Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo ("Banco") localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.277 – 7º andar, São Paulo - Brasil, está organizado e autorizado a exercer as suas atividades como banco múltiplo e a operar por meio das carteiras de investimento e comercial, incluindo câmbio.

Os acionistas do Banco são o *The Bank of Nova Scotia* ("BNS") e o *BNS Investments Inc.* (investida integral do BNS), ambos com sede no Canadá.

2 Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária e as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em 24 de agosto de 2026.

As notas explicativas às demonstrações financeiras referem-se aos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 para contas patrimoniais e semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 para contas de resultado.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, provisões para contingências, outras provisões e sobre a determinação da vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas com base no método indireto.

As demonstrações financeiras são elaboradas e divulgadas de acordo com os critérios gerais e procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2 e Resolução CMN nº 4.966.

O Banco está avaliando os impactos decorrentes da adoção dos normativos relacionados à contabilidade de *hedge* e aos critérios contábeis aplicáveis aos ativos virtuais, cuja vigência terá início em janeiro de 2027.

3 Descrição das Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco.

b) Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades (em moeda nacional e em moedas estrangeiras) e aplicações interfinanceiras de liquidez de prazo igual ou inferior a 90 dias, sujeitas a risco irrelevante de mudanças em seus valores justos e utilizadas pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros do Banco estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pelas Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352, e são classificados nas categorias custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado, com base nos modelos de negócio estabelecidos e no resultado do teste de SPPJ, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;

- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“Teste de SPPJ”)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPJ.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Ativos financeiros mensurados ao Custo Amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro, desde que não classificado na categoria valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

(V) Ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivos financeiros

Conforme previsto no artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966, o Banco deve classificar os passivos financeiros na categoria custo amortizado, exceto nos casos seguintes, entre outros eventualmente possíveis:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado; e

- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo por meio do resultado.

Os depósitos e as captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As obrigações por empréstimos e repasses do exterior contemplam linhas de crédito destinadas a eventuais necessidades de liquidez, recursos captados para aplicação em operações de financiamento ao comércio exterior de exportação, além de aplicações em repasses e financiamentos em moeda estrangeira. Tais obrigações encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço.

(VII) Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Referente as operações de crédito classificadas na categoria custo amortizado, o Banco optou, para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, realizar o processo seguindo a metodologia diferenciada de apropriação às receitas e custos contratuais e, adicionalmente, sem o reconhecimento dos componentes imateriais, conforme disposto no artigo 13 da Resolução CMN nº 4.966.

(VIII) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações inadimplidas. Adicionalmente, a norma não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso.

A Resolução CMN nº 4.966, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

- **Estágio 1:** Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada (probabilidade de *default*) para os próximos 12 meses.
- **Estágio 2:** Operações que apresentaram aumento significativo no risco de crédito – a Resolução CMN nº 4.966 considera que há um aumento significativo de risco quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento de principal ou encargos.
- **Estágio 3:** Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação (ativo problemático), ou seja, atraso superior a 90 dias, podendo a instituição considerar um prazo inferior mediante a evidência de que há uma redução significativa da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas, bem como indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

(IX) Definição de ativo problemático e *stop accrual*

A Resolução CMN nº 4.966 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como *stop accrual*.

Para os ativos com características de problema de recuperação de crédito são considerados os seguintes critérios: (i) a contraparte não possui mais a capacidade financeira de honrar sua obrigação; (ii) reestruturação do ativo; (iii) falência decretada, recuperação judicial; (iv) ordem judicial que impeça o cumprimento das obrigações; (v) redução significativa da liquidez do ativo associado à obrigação, devido a diminuição da sua capacidade financeira em honrar sua obrigação; (vi) inadimplência de cláusulas contratuais relevantes; e (vii) negociação de instrumentos com desconto significativo que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito.

Um ativo financeiro deixará de ser caracterizado como ativo problemático caso atenda, cumulativamente, às condições a seguir: (i) inexistência de parcelas e encargos vencidos; (ii) pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar melhora na capacidade financeira da contraparte; (iii) cumprimento das demais obrigações

contratuais; e (iv) evidências de que a obrigação será honrada sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais.

(X) Perímetro de aplicação

O modelo de perda esperada de ativos financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos ativos financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD, LGD e EAD.

PD – *Probability of Default* (Probabilidade de inadimplência): é definido como a probabilidade de que a contraparte não cumpra com as obrigações de pagar o principal e/ou juros (*default*) com base nas definições da Resolução CMN nº 4.966 e demais critérios que a entidade julgar razoável.

LGD – *Loss given default* (Perda dada à inadimplência): a perda, dado o *default*, visa estimar o montante de perda efetiva das operações que entram em *default*. Para essa estimativa, são considerados os montantes das operações em *default* e os montantes que se concretizaram como perda, assim, encontrando a relação de perda frente ao total de *defaults*. É importante avaliar o prazo de recuperação para cada grupo e as suas respectivas correlações para definição dos critérios de baixa à prejuízo, além de incluir na estimativa os custos relacionados à recuperação do instrumento, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966.

EAD – *Exposure at default* (Exposição à inadimplência): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência (saldo de operações de crédito contratados, limites disponíveis aos clientes e ainda não utilizados e garantias financeiras concedidas).

Com base na Resolução CMN nº 4.966, as perdas esperadas devem considerar como base de cálculo:

- O valor contábil bruto dos ativos financeiros, exceto operações de arrendamento mercantil;
- O valor presente da estimativa de utilização de recursos de compromissos de crédito; e
- O valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Instrumentos financeiros renegociados e reestruturados

Conforme Resolução CMN 4.966, são classificados como renegociação e reestruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento.

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

(XIII) Baixa do ativo financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966, um ativo financeiro deve ser baixado nos seguintes cenários:

- Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- O ativo financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

A política do Banco define que o *write-off* (período de reconhecimento de não recuperação do valor) é baseado na análise trimestral detalhada do fluxo de caixa de cada contraparte. Esta análise abrange tanto o fluxo de caixa próprio quanto a capacidade de recuperação das garantias. Com base nessa avaliação é decidida sobre a viabilidade de recuperação do valor tomado antes de proceder a sua baixa contábil. A decisão final da baixa deverá ser discutida e aprovada pelo Comitê de Crédito.

e) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (*hedge*).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor

de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Uma área independente das áreas operacionais e de negócios é responsável pela avaliação e mensuração dos ativos e passivos existentes no Banco. O cálculo do valor de mercado da carteira de instrumentos financeiros derivativos, como *swaps*, termos e operações de futuros, são baseados em preços, taxas ou informações coletadas de fontes independentes, como B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, corretoras, BACEN, ANBIMA, entre outros. Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independentemente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Para os instrumentos financeiros derivativos negociados em balcão, os ajustes refletem o risco atribuível à qualidade creditícia do emissor ou da contraparte, mensurados por meio de metodologia aprovada internamente.

Instrumentos financeiros considerados como *hedge* contábil de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do exercício.

No momento da designação inicial do *hedge*, o Banco formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*, considerando métodos de cálculo convencionais. O Banco faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam altamente eficazes na compensação de variações no valor de mercado dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o período para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro do intervalo de 80% e 125%.

A Resolução CMN nº 4.966 alterou o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passou a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são os seguintes:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo, com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: O valor referencial das operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) passou a ser registrado em contas de compensação.

f) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da mensuração.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação. O Banco utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

g) Outros ativos

Demonstrados pelos valores de realização, deduzidos quando aplicável das correspondentes rendas a apropriar, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, e ajustados por provisão, quando aplicável, até a data do balanço.

h) Permanente

- **Imobilizado de uso:** corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos ativos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.
- **Intangível:** corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades do Banco ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.534, os novos ativos intangíveis são reconhecidos pelo valor de custo. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.
- **Investimentos:** são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda. Quando o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, a perda será reconhecida diretamente no resultado.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025 não foram identificadas perdas por *impairment*.

j) Outros passivos

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos.

k) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Lei 14.467, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, os Arts. 9, 9-A, 10, 11 e 12 da Lei 9.430/96, deixaram de ser aplicada às instituições financeiras. Tais alterações visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as vulnerabilidades decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Conforme a Lei 14.467, alterada pela Lei 15.078, foram estabelecidas diretrizes segundo as quais o Banco será responsável por realizar a dedução na proporção de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de 1º de janeiro de 2026, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até 31 de dezembro de 2024, e ainda não deduzidas até esta data. Este saldo remanescente equivale ao montante de R\$ 117.332 em 30 de junho de 2026.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, conforme determinado pela Lei nº 9.430. A contribuição social é calculada à alíquota de 20% sobre o resultado tributável, conforme determinada pela Lei nº 7.689.

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco possui ativos de créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

Os créditos tributários cuja expectativa de realização se darão em períodos futuros foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para a contribuição social.

Com base na Resolução CMN nº 4.842, os resultados tributáveis históricos e projeções de curto e médio prazo preparado pelo Banco, possibilitam uma estimativa razoável de prazo de realização destes ativos (nota 21c).

Para fins de apuração da capacidade de realização dos créditos tributários constituídos, foram consideradas as projeções de reversão das diferenças temporárias tributáveis que originam passivos fiscais diferidos. Quando previstas para reversão no mesmo exercício fiscal ou horizonte de realização dos créditos tributários, tais reversões foram tratadas como fonte de resultado tributável futura, permitindo a compensação entre ativos e passivos fiscais diferidos em que haja compatibilidade de prazos na previsão de realização e de exigibilidade.

I) PIS e COFINS

As contribuições para o PIS são calculadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente.

m) Ativos e passivos contingentes

O Banco segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Nas demonstrações financeiras não são reconhecidos os ativos contingentes, exceto quando da existência de evidências que propiciam a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

As ações são classificadas como perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda, considerando a opinião de nossos assessores jurídicos, a natureza das ações e o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante. Os processos classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas e os classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

n) Pagamento baseado em ações

Os funcionários elegíveis do Banco participam dos planos de pagamento baseado em ações, que são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS. O Banco contabiliza sua despesa no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo, conforme disposto pela Resolução CMN nº 3.989 que aprovou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações (nota 23).

o) Benefícios a empregado pós-emprego

Planos de benefícios pós-emprego ou de longo prazo, são acordos formais ou informais nos quais o Banco se compromete a proporcionar benefícios pós-emprego a um ou mais empregados, conforme Resolução CMN nº 4.877, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

Os planos de contribuição definida são benefícios pós-emprego, nos quais o Banco como patrocinador paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios, relativos aos seus serviços no período corrente e em períodos anteriores. As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

p) Receitas de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviço são contabilizadas de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Este pronunciamento foi aprovado pelo BCB através da Resolução CMN nº 4.924/21.

q) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

- i. Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota 31.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades	10.584	8.599
Moeda nacional	1.827	239
Moeda estrangeira	8.757	8.360
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.137.199	4.111.492
Aplicações em operações compromissadas	2.909.998	4.111.492
Aplicações em depósitos interfinanceiros	227.201	-
Total	3.147.783	4.120.091

5 Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2026			31/12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total
Mensurados ao custo amortizado				
Aplicações em operações compromissadas	6.561.023	-	6.561.023	8.771.418
Posição bancada				
LTN	3.237.662	-	3.237.662	6.117.429
NTN	2.009.999	-	2.009.999	-
LFT	-	-	-	1.600.572
Posição vendida				
LTN	1.010.995	-	1.010.995	1.000.660
Posição financiada				
LTN	302.367	-	302.367	52.757
Aplicações em depósitos interfinanceiros	227.201	108.975	336.176	202.358
Total	6.788.224	108.975	6.897.199	8.973.776

6 Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários eram os seguintes:

Composição por tipo e vencimento

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

	30/06/2026				31/12/2025	
	Sem Vencimento	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Livres						
NTN	-	46.031	46.031	46.173	-	-
Ações cias fechadas	7.130	-	7.130	7.568	6.933	7.568
Vinculados à prestação de garantias (i)						
Cotas de fundos de investimento	56.689	-	56.689	56.689	53.017	53.017
Total	63.819	46.031	109.850	110.430	59.950	60.585

Em 30 de Junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o Banco não possuía títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio do resultado com vencimentos de curto prazo.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	30/06/2026				31/12/2025	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado	Valor de mercado/ contábil	Custo atualizado
Livres						
LTN	-	154.178	154.178	155.685	157.575	157.106
LFT	116	131.106	131.222	131.125	-	-
Vinculados à prestação de garantias (i)						
LTN	-	253.669	253.669	255.488	83.043	82.925
LFT	489.729	1.279.781	1.769.510	1.768.234	2.141.631	2.140.758
Total	489.845	1.818.734	2.308.579	2.310.532	2.382.249	2.380.789

(i) Títulos dados como margem de garantia para a realização das operações com instrumentos financeiros derivativos e de câmbio.

Mensurados ao custo amortizado

	30/06/2026				31/12/2025	
	Até 3 Anos	De 3 a 5 anos	Custo atualizado/ contábil	Valor de mercado	Custo atualizado/ contábil	Valor de mercado
Livres						
Nota Comercial	-	300.901	300.901	300.901	-	-
Títulos no exterior	1.639.267	-	1.639.267	1.594.248	2.158.619	2.144.983
Total	1.639.267	300.901	1.940.168	1.895.149	2.158.619	2.144.983

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as cotas de fundo de investimento na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Os títulos no exterior encontram-se custodiados em uma *clearinghouse* estrangeira.

7 Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Essas operações têm por finalidade gerenciar as exposições de riscos de mercado, que estão associados a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A política de atuação, o controle, o estabelecimento de estratégias de operações, bem como o limite dessas posições, seguem diretrizes da Administração do Banco.

Os quadros a seguir demonstram os valores referenciais, os respectivos ajustes a receber e a pagar e as exposições líquidas nos balanços patrimoniais para os instrumentos financeiros derivativos:

a. Contratos futuros

	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor de mercado		Valor de mercado	
	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)	Valor referencial	Ajuste a receber/(pagar)
Posição comprada	30.583.183	7.118	34.527.793	(546.808)
DI	5.006.346	54	1.385.214	(45)
DDI	21.860.389	649	28.877.002	(485.202)
Dólar	3.715.505	6.415	4.265.577	(61.561)
DAP	943	-	-	-
Posição vendida	5.143.599	(7.666)	6.247.578	71.709
DI	804.639	(1.069)	726.157	249
DDI	4.272.284	(6.496)	5.521.421	71.460
Dólar	23.440	(90)	-	-
DAP	43.236	(11)	-	-

Em 30 de junho de 2026, além dos ajustes diários de contratos futuros, encontra-se registrado na rubrica “Outros passivos financeiros” no passivo circulante, o montante de R\$ 23 (R\$ 60 em 31/12/2025), referente a comissões e corretagens a liquidar junto a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

b. Operações de Swap e operações a termo

	30/06/2026			31/12/2025		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado	Valor referencial	Valor de custo	Valor de mercado
Por indexador						
Swap						
Valores a receber	19.455.135	1.834.476	2.377.548	18.870.238	963.177	1.278.105
CDI x Dólar	18.578.002	1.754.693	2.284.922	18.303.188	924.904	1.226.410
Pré x Dólar	827.050	79.702	92.574	567.050	38.273	51.695
Dólar x CDI	50.083	81	52	-	-	-
Valores a pagar	1.201.565	(74.785)	(23.702)	5.325.350	(431.294)	(318.678)
CDI x Dólar	1.151.565	(74.323)	(22.448)	5.275.350	(431.216)	(318.297)
Pré x CDI	50.000	(462)	(1.254)	50.000	(78)	(381)
Termo de moedas - NDF						
Valores a receber	608.273	13.013	11.489	1.354.001	16.610	14.716
Posição comprada - Dólar	606.596	13.006	11.485	1.303.807	16.444	14.294
Posição vendida - Dólar	1.677	7	4	50.194	166	422
Valores a pagar	756.321	(53.828)	(53.120)	963.014	(27.206)	(28.525)
Posição comprada - Dólar	690.696	(52.011)	(51.394)	920.206	(26.309)	(27.828)
Posição vendida - Dólar	65.625	(1.817)	(1.726)	42.808	(897)	(697)
Operações de câmbio						
Valores a receber	12.000	67	78	25.126	104	155
Dólar - compra	-	-	-	126	1	-
Dólar - venda	12.000	67	78	25.000	103	155
Valores a pagar	6.000	(5)	(14)	-	-	-
Dólar - compra	6.000	(5)	(14)	-	-	-
Total	22.039.294	1.718.938	2.312.279	26.537.729	521.391	945.773

As operações de Swap, NDF e câmbio são negociados via balcão organizado e não possuem garantias da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

c. Composição por vencimento

O quadro a seguir demonstra os valores referenciais registrados em contas de compensação e os respectivos prazos de vencimento:

	30/06/2026				31/12/2025	
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Futuros ⁽ⁱ⁾	15.341.813	1.906.317	3.254.275	15.224.377	35.726.782	40.775.371
Swap ⁽ⁱⁱ⁾	1.432.083	1.805.840	2.168.018	15.250.759	20.656.700	24.195.588
Termo de moedas – NDF ⁽ⁱⁱ⁾	817.464	308.116	139.469	99.545	1.364.594	2.317.015
Operações de câmbio ⁽ⁱⁱ⁾	18.000	-	-	-	18.000	25.126
Total	17.609.360	4.020.273	5.561.762	30.574.681	57.766.076	67.313.100

(i) Contraparte: B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

(ii) Contraparte: pessoa jurídica.

d. Segregação entre circulante e não circulante

O valor de mercado dos instrumentos financeiros estava segregado conforme segue:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Futuros	9.128	-	9.128	71.721	-	71.721
Swap	427.143	1.950.405	2.377.548	213.067	1.065.038	1.278.105
Termo de moedas - NDF	11.339	150	11.489	14.449	268	14.717
Operações de câmbio	78	-	78	155	-	155
Total	447.688	1.950.555	2.398.243	299.392	1.065.306	1.364.698
Passivo						
Futuros	(9.676)	-	(9.676)	(546.820)	-	(546.820)
Swap	(22.448)	(1.254)	(23.702)	(116.764)	(201.914)	(318.678)
Termo de moedas - NDF	(51.685)	(1.435)	(53.120)	(27.740)	(785)	(28.525)
Operações de câmbio	(14)	-	(14)	-	-	-
Total	(83.823)	(2.689)	(86.512)	(691.324)	(202.699)	(894.023)

e. Resultados

Os resultados apurados com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, estão assim compostos:

	30/06/2026	30/06/2025
Futuros	(3.273.469)	(5.661.714)
Swap	2.930.308	5.203.773
Termo de moedas – NDF	(143.289)	(474.614)
Contratos de câmbio	(1.170)	(11.136)
Ajustes prudenciais – Risco de crédito das contrapartes	(2.221)	(1.950)
Total	(489.841)	(945.641)

Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão.

f. Hedge de risco de mercado

O quadro a seguir demonstra os valores dos contratos designados como instrumentos financeiros de *hedge* e do item objeto de *hedge*:

Estratégia de <i>hedge</i> de risco de mercado <i>Hedge</i> de obrigações por empréstimos externos	30/06/2026		31/12/2025	
	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>	Instrumentos de <i>hedge</i>	Item objeto de <i>hedge</i>
Valor de Mercado	1.632.612	1.620.475	1.708.356	1.697.355
Valor de Custo		1.627.927		1.687.820

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na norma vigente.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado para proteção contra o risco de exposição cambial para pagamentos de principal e dos juros cambiais prefixados, referente à captação de recursos contraídos no exterior.

A estrutura da operação é uma combinação de contratos de Futuro DDI, com vencimentos até outubro de 2027, utilizados como instrumentos derivativos de *hedge*, e de obrigações por empréstimos no exterior captados em moeda norte americana (nota 16), designados como item objeto de *hedge* de risco de mercado.

O valor a mercado da captação externa, item objeto de *hedge*, leva em consideração as características da operação com relação a taxa de juros e o seu prazo para determinação do valor futuro dos fluxos de caixa, que serão descontados a valor presente pelas taxas de mercado, calculadas com base nos preços negociados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão.

8 Gerenciamento de Riscos

Administração de Risco Operacional

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco operacional responsável por identificar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e reportar seus riscos, sendo amplamente difundida dentro do Banco. Dentro desse contexto, todos os funcionários possuem acesso direto às ferramentas, metodologias e relatórios produzidos pela área de *Enterprise Risk Management*, o que facilita na disseminação da cultura de controle de riscos dentro do Banco.

A estrutura de risco operacional no Banco também contempla a participação da Diretoria Executiva, que é envolvida imediatamente em todos os eventos relevantes de risco e participa ativamente no acompanhamento das ações que visam a mitigação e resolução de tais eventos. Além do acompanhamento diário, a área de *Enterprise Risk Management* também reporta os principais eventos de risco operacional ocorridos no mês em um relatório enviado aos chefes de área e às Diretorias Executivas do Banco e do BNS.

Administração de Riscos de Mercado e Liquidez

Em linha com as determinações da casa matriz e seguindo as melhores práticas de administração de riscos aplicadas internacionalmente, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento e controle de riscos abrangente, integrada e independente das áreas de negócio, que busca a otimização da relação risco/retorno privilegiando o acompanhamento eficaz e o rigoroso controle dos fatores de exposição a riscos. Um conjunto integrado de processos utilizando plataformas de sistemas locais e globais é responsável pela apuração, análise e reporte dos riscos de mercado e de liquidez. Os limites de riscos são determinados e aprovados pela Diretoria Executiva local e pelo BNS, e monitorados de forma preventiva.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma diária por meio da utilização de modelos proprietários e instrumentos como *VaR - Value-at-Risk*, medidas de curto prazo de liquidez, projeções de fluxo de caixa, *stress test*, *backtesting*, análise de sensibilidade de juros, câmbio e volatilidade. A observância dos requerimentos do BNS permitiu ao Banco o atendimento às exigências do BACEN quanto à implementação da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos (Resolução CMN nº 4.557), mais especificamente no que trata dos riscos de mercado e de liquidez. Além disso, o Banco apura os requerimentos de capital devido à exposição ao risco de mercado segundo os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.958.

Administração de Risco de Crédito

Em linha com as determinações do BACEN (Resoluções CMN nº 4.966, 4.557, 4.677, 4.693, entre outras) e com a filosofia de gestão de riscos da organização, o Banco possui uma estrutura de gerenciamento de risco de crédito que engloba a análise e o estabelecimento de limites de crédito individuais para seus clientes, bem como a análise e o monitoramento do risco de crédito agregado do Banco, que considera todas as linhas de produtos oferecidas e todos os segmentos econômicos nos quais os tomadores atuam.

A cultura de risco de crédito é fortemente difundida no Banco e a descrição dos produtos oferecidos aos tomadores contempla a identificação dos riscos de crédito, de mercado e operacional, bem como os sistemas de informação que irão controlá-los. Os limites de crédito individuais para tomadores são aprovados com a utilização de técnicas/metodologias próprias do Banco, e revistos pelo menos uma vez ao ano, juntamente com os respectivos *ratings*.

De forma sistemática, a Diretoria Executiva e as áreas de controle de riscos atuam ativamente no gerenciamento do risco de crédito, o que envolve a aprovação dos limites de crédito individuais e a aprovação das políticas institucionais. Adicionalmente, atuam no monitoramento da carteira de crédito agregada e na avaliação dos resultados dos testes de estresse, que são exercícios utilizados na avaliação de potenciais impactos de eventos adversos no portfólio de crédito do Banco.

Gerenciamento de Capital

O Banco está empenhado em manter uma sólida base de capital com o intuito de suportar os riscos associados aos seus negócios. A estrutura de gerenciamento contínuo de capital do Banco, que engloba políticas internas, medidas e procedimentos que se referem ao gerenciamento de capital, está em linha com a política global do BNS e atende aos requerimentos do BACEN dispostos na Resolução CMN nº 4.557.

Os princípios que governam a estrutura de gerenciamento de capital do Banco visam atender aos seguintes aspectos: determinações do regulador; existência de governança e supervisão apropriadas; políticas, estratégias e medidas de gerenciamento de capital que foquem nas relações entre propensão de risco, perfil de risco e capacidade de capital; sólido processo de gerenciamento de risco; processo de avaliação de adequação de capital que esteja de acordo com as políticas de governança e capital e; existência de sistemas, processos e controles adequados para auxiliar no planejamento, previsão, mensuração, monitoramento e controle dos limites autorizados, além da elaboração de relatórios de gerenciamento de capital.

A Diretoria Executiva está diretamente envolvida no gerenciamento contínuo de capital, sendo responsável também pela revisão e aprovação, anualmente, das políticas internas do Banco. Adicionalmente, a Diretoria Executiva atua no monitoramento do nível e da adequação do capital do Banco por meio de relatórios periódicos produzidos e enviados pelas áreas diretamente envolvidas no processo de gerenciamento de capital.

A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço: <http://www.br.scotiabank.com> (não auditado).

Hierarquia de Valor Justo

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, foi estabelecida uma hierarquia de valor justo que classifica em três níveis as informações (*inputs*) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.924.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração.

Nível 2 – Informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelo Banco, incluindo o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

De acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil, através das Resoluções CMN nº 4.557 e BCB nº 111, as operações são divididas entre as carteiras de negociação e bancária.

A carteira de negociação consiste em todas as posições em ativos financeiros mantidos com intenção de negociação ou com o objetivo de proteger (*hedge*) outros elementos da carteira de negociação. As posições mantidas com intenção de negociação são aquelas mantidas intencionalmente para revenda de curto prazo e/ou com a intenção de proteger o portfólio contra os movimentos do mercado.

Na carteira bancária estão inclusas todas as operações não classificadas na carteira de negociação. Nesta carteira estão as operações da carteira comercial do Banco, como operações de empréstimos, repasses e suas linhas de financiamento, além de posições de títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação e os instrumentos da carteira de tesouraria.

A fim de avaliar os efeitos no resultado diante de eventuais cenários, o Banco realiza uma análise de sensibilidades para cada fator de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

Análise de Sensibilidade 1

São considerados choques paralelos nas curvas dos fatores de riscos mais relevantes. Consideram-se dois cenários para essa simulação, em que cada fator de risco analisado sofre um incremento ou uma redução de 100 pontos base. Essa análise examina os efeitos no resultado da organização diante de possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado.

Carteira de Negociação

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	485	(485)
Exposição ao cupom cambial	69	(69)
Exposição de cupom de índices de preço	(11)	11
Total	543	(543)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários	
	+100 bps	-100 bps
Taxas de juros		
Exposição de juros prefixados	(23.338)	23.338
Exposição ao cupom cambial	(2.761)	2.761
Exposição de cupom de índices de preço	(11)	11
Total	(26.110)	26.110

Análise de Sensibilidade 2

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 10% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 20% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros. Para moedas estrangeiras, choque de 30% (incremento ou redução) sobre as taxas de câmbio atuais.

É importante destacar que os cenários (II) e (III) envolvem eventos relacionados a fortes situações de estresse.

Carteira de Negociação

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de juros			
Exposição de juros prefixados	(48)	(1.350)	(2.025)
Exposição ao cupom cambial	(7)	(51)	(76)
Exposição de cupom de índices de preço	(1)	(25)	(37)
Total	(56)	(1.426)	(2.138)
Taxas de câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(1.317)	(2.634)	(3.951)

Carteira de Negociação + Bancária

	Cenários		
	(I)	(II)	(III)
Taxas de Juros			
Exposição de Juros Prefixados	(2.334)	(65.402)	(98.103)
Exposição ao Cupom Cambial	(276)	(2.847)	(4.271)
Exposição de Cupom de Índices de Preço	(1)	(25)	(37)
Total	(2.611)	(68.274)	(102.411)
Taxas de Câmbio			
Total exposição a taxas de câmbio	(933)	(1.866)	(2.799)

Na análise realizada, as operações da carteira bancária sofreram valorização ou desvalorização em decorrência das mudanças nas taxas de juros a termo praticadas no mercado. Essas oscilações não representam impacto financeiro no resultado do Banco, pois alguns ativos financeiros contidos nessa carteira não são mensurados ao valor de mercado e, por consequência, o impacto dessas oscilações são considerados somente no patrimônio líquido do Banco.

No caso da carteira de negociação, as exposições representam impactos no resultado do Banco devido a marcação a mercado dos ativos ou devido a sua realização ou liquidação.

9 Operações de Crédito e Operações com Características de Concessão de Crédito

a. Composição da carteira de crédito por tipo de operação, atividade e prazo

	30/06/2026					31/12/2025
	Vencidas	A vencer				Total
	De 0 a 90 dias	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	Acima de 12 meses	Total	
Setor Privado						
Operações de crédito	-	-	15.936	1.811.600	1.827.536	1.665.569
Nota de crédito à exportação	-	-	15.936	1.811.600	1.827.536	1.665.569
Indústria	-	-	15.936	1.811.600	1.827.536	1.665.569
Subtotal	-	-	15.936	1.811.600	1.827.536	1.665.569
Operações com característica de concessão de crédito						
Adiantamento de contrato de câmbio						
Indústria	-	311.548	255.172	-	566.720	260.225
Agrícola	-	-	-	-	-	113.756
Títulos com característica de concessão de crédito	160.895	-	-	-	160.895	-
Indústria	160.895	-	-	-	160.895	-
Subtotal	160.895	311.548	255.172	-	727.615	260.225
Total	160.895	311.548	271.108	1.811.600	2.555.151	1.925.794

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o Banco não possuía operações de cessão de crédito com transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios, de acordo com a Resolução CMN nº 4.966.

b. Concentração das operações de crédito e operações com características de concessão de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Principal devedor	1.045.968	1.112.097
Percentual sobre o total da carteira de crédito	41%	58%
20 maiores devedores	2.555.151	1.925.794
Percentual sobre o total da carteira de crédito	100%	100%

c. Créditos renegociados, reestruturados, recuperados e baixados para prejuízo

O montante de crédito renegociados em 30 de junho de 2026 representa R\$ 256.058 (R\$ 127.478 em 31/12/2025).

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve reestruturação, recuperação e baixa de créditos para prejuízo.

d. Resultado de operações de crédito e operações com características de concessão de crédito

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de financiamentos à exportação	43.032	37.029
Rendas de ACC	9.810	4.163
Total	52.842	41.192

10 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

a. Composição da base de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por produto

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas	Saldo contábil bruto	Provisão para perdas
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Títulos e valores mobiliários	1.940.168	(439)	2.158.619	(69)
Operações de crédito	1.827.536	(1.898)	1.665.569	(1.837)
Operações com característica de concessão de crédito	566.720	(333)	260.225	-
Estágio 1	4.334.424	(2.670)	4.084.413	(1.906)
Operações com característica de concessão de crédito	160.895	(49.233)	-	-
Estágio 3	160.895	(49.233)	-	-
Total	4.495.319	(51.903)	4.084.413	(1.906)

Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, não havia provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito classificadas no Estágio 2.

b. Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2026	31/12/2025
Saldos no início do semestre/exercício	(1.906)	(133)
Constituição de provisão	(49.997)	(2.115)
Reversão de provisão	-	342
Saldos no final do semestre/exercício	(51.903)	(1.906)

11 Outros Ativos

a. Financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Mensurados ao custo amortizado		
Ativo circulante		
Negociação e intermediação de valores	9.128	71.721
Rendas a receber por prestação de serviços	6.619	-
Depósitos judiciais	102	-
Outros	3	2
Subtotal	15.852	71.723
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	60.225	53.638
Subtotal	60.225	53.638
Total	76.077	125.361

b. Não financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Não financeiros		
Ativo circulante		
Antecipação de IRPJ e CSLL	20.568	77.064
Adiantamentos e antecipações salariais	3.502	1.764
Despesas antecipadas	1.027	1.154
Valores a receber de sociedades ligadas	1	197
Outros	203	284
Subtotal	25.301	80.463
Ativo não circulante		
Adiantamentos e antecipações salariais	5.997	-
Despesas antecipadas	86	56
Outros	18	17
Subtotal	6.101	73
Total	31.402	80.536

12 Participações em Controladas

O Banco possui participação de 100% na Scotiabank Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Patrimônio líquido da controlada	63.086	64.250
Valor contábil do investimento – ativo não circulante	63.086	64.250

	30/06/2026	30/06/2025
Percentual de participação no capital social	100%	100%
Quantidade de ações detidas	60.000.000	60.000.000
Capital social da controlada	60.000	60.000
Resultado do período da controlada	(1.168)	(1.557)
Resultado de equivalência patrimonial do semestre	(1.168)	(1.557)

13 Depósitos

	30/06/2026					31/12/2025
Mensurados ao custo amortizado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	80	-	-	-	80	203
Depósitos a prazo	-	583.910	16.628	611.524	1.212.062	1.444.971
Total	80	583.910	16.628	611.524	1.212.142	1.445.174

Em 30 de junho de 2026, a taxa média das captações dos depósitos a prazo é de 100,3% do CDI. (100,6% do CDI em 31/12/2025).

14 Captações no Mercado Aberto

	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	30/06/2026	31/12/2025
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Compromisso de devolução de títulos recebidos como lastro em operações compromissadas - livre movimentação	14,20%	01/10/2026	1.010.272	1.000.594
Total			1.010.272	1.000.594
Mensurados ao custo amortizado				
Venda com compromisso de recompra	14,15% a 14,25%	01/07/2026	302.100	52.419
Total			302.100	52.419

15 Recursos por Emissões de Letras

	Taxa de juros a.a.	Vencimentos até	30/06/2026	31/12/2025
Mensurados ao custo amortizado				
Letras financeiras	100,3% do CDI	20/03/2028	3.111.816	967.978
Total			3.111.816	967.978

16 Obrigações por Empréstimos

	Taxa de Juros a.a.	Vencimentos Até	30/06/2026	31/12/2025
Mensurados ao custo amortizado				
Outras obrigações do exterior ⁽ⁱ⁾	5,10% a 5,16%	26/07/2027	1.620.475	1.697.355
Outras obrigações do exterior - BNS (Controlador) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3,65%	02/07/2026	3.114.546	5.140.545
Financiamentos à exportação - BNS (Controlador)	3,84% a 3,90%	06/11/2026	560.996	256.494
Total			5.296.017	7.094.394

(i) Linhas de crédito de longo prazo, destinadas a eventuais necessidades de liquidez.

(iii) Linhas de crédito de curtíssimo prazo, renováveis, disponibilizadas pelo controlador para eventuais necessidades de liquidez.

17 Obrigações por Repasses

Em 30 de junho de 2026, as obrigações por repasses do exterior (mensuradas ao custo amortizado), no montante de R\$ 1.827.536 (R\$ 1.665.569 em 31/12/2025), estão representadas por captação externa junto ao Controlador (BNS), sendo R\$ 15.936 com vencimento entre outubro e novembro de 2026, e R\$ 1.811.600 com vencimento entre novembro de 2027 e abril de 2031.

18 Outros Passivos

a. Financeiros

Mensurados ao custo amortizado	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		
Negociação e intermediação de valores	9.699	546.880
Total	9.699	546.880

b. Não financeiros

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante		
Dividendos a pagar	-	428.998
Impostos e contribuições a pagar	70.707	222.032
Provisão para despesas de pessoal	59.404	36.215
Impostos e contribuições a recolher	10.739	51.185
Valores a pagar a sociedades ligadas	2.298	2.788
Outros	2.924	3.037
Subtotal	146.072	744.255
Passivo não circulante		
Provisão para despesas de pessoal	18.572	9.110
Subtotal	18.572	9.110
Total	164.644	753.365

19 Contingências Fiscais e Previdenciárias

a. Ativos contingentes

O Banco não possui qualquer ativo contingente reconhecido em seu balanço, assim como não possui neste momento, processos judiciais que gerem expectativa de ganhos futuros.

b. Contingências passivas

O Banco é parte em processos de ações judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza trabalhista, fiscal e previdenciária. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3m.

O Banco mantém provisões constituídas para passivos contingentes classificados como perdas prováveis, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas. Os valores provisionados encontram-se registrados na rubrica "Provisão para contingências", no passivo não circulante.

Em 30 de junho de 2026, o processo principal no montante de R\$ 24.027 (R\$ 23.445 em 31/12/2025) incluindo o seu depósito judicial de valor equivalente à provisão, refere-se a uma contestação judicial quanto à exigibilidade da contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, nos termos da Emenda Constitucional nº 17 e Lei Complementar nº 7 no tocante à sua legalidade ou constitucionalidade.

Em 30 de junho de 2026, há ações trabalhistas em andamento classificadas como perdas possíveis no montante de R\$ 272 (R\$ 948 em 31/12/2025). Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por ex-empregados com o objetivo de obter indenizações, substancialmente no que se refere ao pagamento de horas extras e outros direitos trabalhistas.

Existem processos em andamento de natureza fiscal classificados como perdas possíveis no montante de R\$ 16.998 (R\$ 16.781 em 31/12/2025), sendo os mais significativos decorrentes de tributos que o Banco vem discutindo judicialmente, basicamente relativo a um pedido de compensação de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 6.348 (R\$ 6.214 em 31/12/2025) e a um pedido de nulidade do auto de infração no montante de R\$ 9.206 (R\$ 9.158 em 31/12/2025), referente a impostos reclamados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, incidentes sobre serviços prestados pelo Banco. Estes processos possuem depósitos judiciais suficientes para cobertura do risco fiscal.

O Banco não possui outros processos materiais com possibilidade de perda provável ou possível, além dos já mencionados. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c. Movimentação dos saldos

	30/06/2026			31/12/2025
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Provisão para contingências				
Saldo inicial	241	29.016	29.257	34.035
Constituição/reversão	(88)	-	(88)	(2.769)
Atualização	5	708	713	1.673
Pagamento	-	-	-	(3.682)
Total	158	29.724	29.882	29.257

	30/06/2026			31/12/2025
	Trabalhistas	Fiscais	Total	Total
Depósitos judiciais				
Saldo inicial	72	53.566	53.638	53.282
Constituição/reversão	41	4.842	4.883	116
Atualização	3	1.817	1.820	3.531
Pagamento	(14)	-	(14)	(3.291)
Total – (nota 11)	102	60.225	60.327	53.638

20 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente integralizado, no valor de R\$ 2.995.473, está representado por 112.437 (112.437 em 31/12/2025) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Administração delibera a cada período, sobre a destinação do lucro líquido ajustado na forma do artigo nº 202 da Lei nº 6.404.

b. Reservas de lucros

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do período, até o limite definido pela legislação vigente. O saldo da reserva estatutária refere-se a parcela não distribuída de lucros de exercícios anteriores e atual, que por decisão da Assembleia Geral, foram transferidos para os exercícios subsequentes.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Administração deliberará em Assembleia Geral, anualmente, o montante mínimo relativo à distribuição de dividendos referente ao lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 não houve distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, foram pagos dividendos no montante de R\$ 428.998, previamente declarados no exercício anterior.

21 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações

	30/06/2026		30/06/2025	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e após participações nos lucros	194.182	194.182	179.765	179.765
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Adições /(exclusões) temporárias	141.747	141.747	288.340	288.340
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	64.751	64.751	257.330	257.330
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	49.996	49.996	670	670
Créditos baixados para perdas	(9.026)	(9.026)	-	-
Outras	36.026	36.026	30.340	30.340
Adições (exclusões) permanentes	(111.419)	(111.416)	(40.865)	(40.862)
Bonds no exterior	(111.924)	(111.924)	(42.498)	(42.498)
Outras	505	508	1.633	1.636
Base tributável	224.510	224.513	427.240	427.243
Compensação de prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social	(67.353)	(67.353)	(128.172)	(128.173)
Base tributável após a compensação	157.157	157.160	299.068	299.070
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes antes dos incentivos fiscais	(39.277)	(31.432)	(74.755)	(59.814)
Incentivos Fiscais	1		233	-
Total IRPJ e CSLL - Valores correntes	(39.276)	(31.432)	(74.522)	(59.814)
Crédito Tributário	2.851	2.281	(23.898)	(19.119)
Passivo fiscal diferido	15.747	12.598	63.940	51.153
Total	(20.678)	(16.553)	(34.480)	(27.780)

b. Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos de acordo com a natureza e origem

Créditos tributários	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização / Reversão	Saldo em 30/06/2026
Refletido no Resultado	381.353	43.394	(38.262)	386.485
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	290.643	-	(30.308)	260.335
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	13.165	319	(37)	13.447
Provisões indedutíveis	16.811	18.967	(3.523)	32.255
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	858	22.657	(159)	23.356
Créditos baixados para prejuízo	56.862	-	(4.062)	52.800
Ajustes prudenciais	1.556	1.083	(84)	2.555
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	64	-	64
Direito de uso	1.172	304	-	1.476
Ajuste a valor de mercado de ações	286	-	(89)	197
Refletido no Patrimônio Líquido	-	880	-	880
Ajuste a valor de mercado de TVM	-	880	-	880
Total	381.353	44.274	(38.262)	387.365

Passivo fiscal diferido	Saldo em 31/12/2025	Constituição	Realização / Reversão	Saldo em 30/06/2026
Refletido no Resultado	(451.816)	(86.931)	115.276	(423.471)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(438.264)	(85.619)	115.004	(408.879)
Atualização monetária de depósitos judiciais	(13.280)	(818)	-	(14.098)
Ajuste a valor de mercado de operações compromissadas	(249)	(493)	249	(493)
Ajuste a valor de mercado de operações de câmbio	(23)	(1)	23	(1)
Refletido no Patrimônio Líquido	(1.053)	(8)	995	(66)
Ajuste a valor de mercado de TVM	(657)	-	657	-
Ajuste de risco de crédito próprio	(396)	(8)	338	(66)
Total	(452.869)	(86.939)	116.271	(423.537)

c. Previsão da realização dos créditos tributários

Prazo de Realização	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
1º Ano	33.713	30.306	64.019
2º Ano	36.498	24.635	61.133
3º Ano	11.414	33.743	45.157
4º Ano	9.463	27.965	37.428
5º Ano	10.309	27.993	38.302
6º ao 10º Ano	25.633	115.693	141.326
Total	127.030	260.335	387.365
Valor Presente (i)	89.620	151.187	240.807

(i) Para ajuste a valor presente foi utilizada a taxa anual de CDI projetada.

22 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

a. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão representadas por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Disponibilidades	1.122	1.654	170	20
BNS (Controlador)	1.122	1.654	170	20
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	3	-
Scotiabank Brasil CTVM (Controlada)	-	-	3	-
Carteira de câmbio - posição ativa	-	-	-	(14)
BNS (Controlador)	-	-	-	(14)
Outros ativos	-	-	-	(49)
BNS (Controlador)	-	-	-	(49)
Depósitos a vista	(30)	(126)	-	-
Scotiabank Brasil CTVM (Controlada)	(30)	(126)	-	-
Captações no mercado aberto	(52.100)	(52.419)	(3.456)	(732)
Scotiabank Brasil CTVM (Controlada)	(52.100)	(52.419)	(3.456)	(732)
Valores a receber (pagar) sociedades ligadas / receitas (despesas) de prestação de serviços	(2.296)	(2.591)	7.064	7.043
BNS (Controlador)	(1.986)	(2.291)	7.917	7.011
Scotiabank Inverlat (México) (Parte relacionada)	(161)	(300)	(681)	(72)
Scotia Global Business Services (Colômbia) (Parte relacionada)	-	-	(62)	(73)
Scotiabank Peru S.A.A. (Parte relacionada)	(46)	-	(58)	-
Scotia Servicios Corporativos SpA (Chile) (Parte relacionada)	(103)	-	(238)	-
Scotiabank Brasil CTVM (Controlada)	-	-	186	177
Obrigações por empréstimos	(3.675.542)	(5.397.039)	(1.382.591)	323.669
BNS (Controlador)	(3.675.542)	(5.397.039)	(1.382.591)	323.669
Obrigações por repasses	(1.827.536)	(1.665.569)	45.908	106.251
BNS (Controlador)	(1.827.536)	(1.665.569)	45.908	106.251
Outras receitas (despesas) operacionais	-	-	(43)	(48)
Scotiabank Brasil CTVM (Controlada)	-	-	(43)	(48)

b. Remuneração da administração

Para fins de divulgação da remuneração dos administradores foram considerados os diretores estatutários. As despesas com a remuneração dos administradores para o semestre findo em 30 de junho de 2026 totalizam R\$ 29.018 (R\$ 16.031 em 30/06/2025), sendo formadas por R\$ 18.778 (R\$ 12.985 em 30/06/2025), que representam salários e encargos, participações nos lucros e gratificações e encargos, denominados benefícios de curto prazo e por R\$ 10.240 (R\$ 3.046 em 30/06/2025), que representa remuneração baseada em ações e encargos. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

23 Pagamento Baseado em Ações

Os planos de pagamento baseado em ações são avaliados com base no preço da ação ordinária do BNS, negociada na bolsa de valores em Toronto no Canadá (TSX). As flutuações do preço das ações do BNS alteram o valor das unidades, o que afeta as despesas de pagamento do Banco com base em ações. Uma parcela que apura o valor de mercado do preço das ações varia também de acordo com o desempenho do Banco. Estes planos são liquidados em dinheiro e tem a sua despesa contabilizada no resultado do período em contrapartida a uma provisão no passivo. Os funcionários elegíveis são pagos na forma desta remuneração variável, através de um dos seguintes planos: RSU ou PSU.

a. Plano de unidades de ações restritas (RSU - *Restricted Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de RSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus em unidades de ações restritas no final de três anos. O valor final a ser pago varia em função do preço da ação do BNS. Em 30 de junho de 2026, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 16.357 (R\$ 8.893 em 31/12/2025) e a quantidade total de ações devidas é de 70.333 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 445,01 por ação. O total da despesa registrada no período para este plano é de R\$ 7.464 (R\$ 2.068 em 30/06/2025).

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo		Saldo	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU				
Preço da ação		445,01 ⁽ⁱ⁾		385,30
Devido	70.333	31.299	62.852	24.217
Provisionado	36.756	16.357	23.080	8.893
A provisionar	33.577	14.942	39.772	15.324

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,61 reais por dólar canadense.

	A pagar					
	31/12/2026		31/12/2027		31/12/2028	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
RSU						
Preço da ação		445,01 ⁽ⁱ⁾		445,01 ⁽ⁱ⁾		445,01 ⁽ⁱ⁾
Devido	22.287	9.918	15.476	6.887	32.570	14.494
Provisionado	19.338	8.606	8.733	3.886	8.685	3.865
A provisionar	2.949	1.312	6.743	3.001	23.885	10.629

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,61 reais por dólar canadense.

b. Plano de unidades de ações por desempenho (PSU - *Performance Share Unit Plan*)

De acordo com o plano de PSU, os funcionários elegíveis receberão um bônus ao final de três anos. Além da variação do preço da ação do BNS, esta parcela dos bônus está sujeita a critérios de desempenho (retorno sobre o patrimônio líquido e retorno total ao acionista) medido ao longo de um período de três anos, pelo qual um fator multiplicador é aplicado. Em 30 de junho de 2026, o valor do passivo provisionado para este plano é de R\$ 10.387 (R\$ 6.591 em 31/12/2025) e a quantidade total de ações devidas é de 31.227 unidades mensuradas pelo valor de mercado de R\$ 445,01 por ação. No semestre findo em 30 de junho de 2026, houve despesa de R\$ 3.795 (R\$ 1.646 em 30/06/2025).

Com a mudança na Política Global de Bônus do Grupo Scotiabank, a partir do exercício 2025, houve a migração dos administradores elegíveis ao plano de bônus PSU para o plano RSU e o valor devido do respectivo plano será totalmente pago até o final do exercício de 2027.

	30/06/2026		31/12/2025	
	Saldo		Saldo	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
PSU				
Preço da ação		445,01 ⁽ⁱ⁾		385,30
Devido	31.227	13.896	29.274	11.279
Provisionado	23.341	10.387	17.107	6.591
A provisionar	7.886	3.509	12.167	4.688

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,61 reais por dólar canadense.

	A pagar			
	31/12/2026		31/12/2027	
	Quantidade de ações	Valor	Quantidade de ações	Valor
PSU				
Preço da ação		445,01 ⁽ⁱ⁾		445,01 ⁽ⁱ⁾
Devido	17.725	7.888	13.502	6.008
Provisionado	15.263	6.792	8.078	3.595
A provisionar	2.462	1.096	5.424	2.413

(i) Valores em reais convertidos pela taxa de 3,61 reais por dólar canadense.

24 Benefícios a Empregado Pós-emprego

Para o plano de contribuição definida pós-emprego, o Banco oferece aos seus funcionários o benefício de previdência privada complementar através de contribuições mensais e que cessa a contribuição, após o desligamento do funcionário. O total das despesas com pessoal para este plano, no semestre findo em 30 de junho de 2026, é de R\$ 1.562 (R\$ 1.315 em 30/06/2025).

Outros planos de contribuição definida pós-emprego, são considerados benefícios de curto prazo, como assistência médica e participações nos lucros.

O Banco não possui planos de benefício definido pós-emprego aos seus empregados.

25 Índice de Basileia e Limites Operacionais

O Banco adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Financeiro Scotiabank Brasil, formado pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, líder do Conglomerado, e pela Corretora, de acordo com as diretrizes do BACEN.

Em 30 de junho de 2026, o índice de Basileia amplo do Conglomerado é de 28,16% (30,34% em 31/12/2025), o patrimônio de referência de R\$ 3.267.114 (R\$ 3.029.951 em 31/12/2025) e o patrimônio mínimo exigido para os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA) de R\$ 809.489 (R\$ 722.520 em 31/12/2025). Outros limites operacionais também são exigidos pelo regulador, como o índice de imobilização.

26 Receitas de Prestação de Serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de serviços prestados a ligadas	12.155	9.943
Rendas de comissões	9.779	-
Rendas de garantias prestadas	5	5
Rendas de outros serviços	2	2
Total	21.941	9.950

27 Despesas de Pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos	50.093	40.115
Encargos sociais	22.963	16.297
Benefícios	4.980	4.417
Outros	1.286	1.126
Total	79.322	61.955

28 Outras Despesas Administrativas

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Processamento de dados	6.341	5.134
Serviços do sistema financeiro	5.470	5.469
Serviços de terceiros	5.143	3.021
Depreciação/amortização	4.285	3.606
Serviços técnicos especializados	2.035	1.503
Arrendamento - Juros direito de uso	1.396	1.365
Comunicações	835	640
Água, energia e gás	204	310
Condomínio	337	312
Aluguéis	99	90
Outras	2.239	3.432
Total	<u>28.384</u>	<u>24.882</u>

29 Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Outras receitas operacionais		
Atualizações monetárias	1.820	1.793
Recuperação de encargos e despesas	263	1.657
Reversão de provisões operacionais (i)	121	38
Outras	-	155
Total	<u>2.204</u>	<u>3.643</u>

(i) Refere-se basicamente a reversão de provisão de bônus e despesas administrativas.

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Outras despesas operacionais		
Atualizações monetárias	2.737	897
Outras	7	-
Total	<u>2.744</u>	<u>897</u>

30 Outras Informações

a. Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas são registradas em nome dos beneficiários ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de garantias financeiras prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, utilizando os critérios definidos na nota 3d.

São concedidos créditos por meio de garantias financeiras prestadas, conforme quadro a seguir:

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Garantias financeiras prestadas		
Fianças bancárias	590	590
Total	<u>590</u>	<u>590</u>

b. Operações ativas vinculadas

Em 30 de junho de 2026, o Banco possui operações ativas vinculadas no âmbito da Resolução CMN nº 2.921, conforme demonstradas no quadro a seguir:

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	30/06/2025
Operações de crédito				
Nota de crédito à exportação	1.306.839	1.112.097	(23.955)	(106.251)
Obrigações por repasses				
Repasses do exterior	(1.306.839)	(1.112.097)	23.955	106.251
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 30 de junho de 2026, a remuneração das operações ativas vinculadas era suficiente para cobrir os custos das operações de captação. Não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes ou com questionamento judicial.

Estas operações não devem ser computadas na apuração dos limites de exposição por cliente e de exposições concentradas, estabelecidos na Resolução CMN nº 4.677.

c. Hierarquia de valor justo

	30/06/2026				31/12/2025
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.308.579	-	-	2.308.579	2.382.249
Títulos e valores mobiliários	2.308.579	-	-	2.308.579	2.382.249
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	102.720	2.389.115	7.130	2.498.965	1.352.926
Títulos e valores mobiliários	102.720	-	7.130	109.850	59.950
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.389.115	-	2.389.115	1.292.976
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	1.087.108	-	1.087.108	1.347.797
Instrumentos financeiros derivativos	-	76.836	-	76.836	347.203
Captações no mercado aberto	-	1.010.272	-	1.010.272	1.000.594

31 Resultado Recorrente e Não Recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2, deve ser considerado como resultado não recorrente, o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2026 e 2025, o resultado do Banco era integralmente recorrente.

DIRETORIA		CONTADOR
Paulo André Campos Bernardo	Jaques Mester	Roberto Shoji Haga
Rodrigo Almeida Sergio	Fabio Tirolli de Sousa	CRC 1SP242224/O-6
Luciana Chi	Fabio Chiamolera Jacob	